

I. INTRODUÇÃO

Abordar o "controle da informação" no Brasil, significa investigar o domínio exercido por grupos ou classes sociais sobre os meios de produção e distribuição de conhecimentos. Trata-se de delimitar o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa no sistema produtivo e especificar a natureza de suas funções.

A história dos meios de comunicação no Brasil é parte da história da dependência econômica, política e cultural da sociedade brasileira e, por isso, não há como fugir ao exame das condições históricas que engendraram o surgimento das tecnologias empregadas e das instituições que condicionam a sua operação.

É no contexto histórico da secular dependência mantida pelo Brasil em relação aos países hegemônicos do mundo ocidental que encontramos a matriz do desenvolvimento da sociedade brasileira. Foi na relação de dependência com outros países que o Brasil formou-se, historicamente, primeiro como Colônia, depois como República. E foi de acordo com esse caráter dependente que se desenvolveram as forças produtivas e se assumiram os papéis na divisão internacional do trabalho.

Neste roteiro de trabalho procuraremos abordar os Meios de Comunicação de Massa não apenas como instrumentos de comunicação, mas como engrenagens ativas, ainda que dotadas de um dinamismo próprio, vinculadas ao movimento amplo que é a trajetória da sociedade brasileira como um país capitalista dependente. Restringiremos nossa análise à imprensa e à radiodifusão, por serem, no Brasil, os dois ramos mais significativos da Comunicação de massa. Pretende este roteiro conduzir um debate introdutório à análise teórica do desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa (imprensa e radiodifusão) no Brasil.

a. Condições de desenvolvimento dos MCM

Podemos situar a existência de duas linhas determinantes no desenvolvimento e no estabelecimento das funções dos Meios de Comunicação de Massa no Brasil: as de ordem estrutural e as de ordem superestrutural.

1. Condições estruturais

Por um lado, existem os condicionantes provocados pela vinculação dos MCM ao sistema produtivo, de modo que eles apresentem um desempenho

correspondente às diversas formas de reprodução do capital. Atualmente, por exemplo, no Brasil, a imprensa e a radiodifusão (que engloba rádio e televisão) desempenham uma função de estimuladores de mercado. Esse papel, resultante de um modelo privatista de exploração comercial da distribuição de informações, estabelece, a priori, limites e possibilidades à atuação dos MCM. O surgimento de sofisticadas tecnologias, por sua vez, vincula a eficiência dos MCM à concentração de tecnologia e, conseqüentemente, de capital. Essas seriam as condições estruturais que atuam sobre os MCM.

2. Condições superestruturais

Por outro lado, incidem sobre os MCM atribuições institucionais que refletem o grau de autonomia concedido pelo Estado aos diversos grupos ou classes sociais. Não há dúvida de que a ingerência do Estado sobre os MCM, ao exercer o controle institucional, se orienta no sentido de reduzir ao máximo a difusão de valores conflitivos com a ordenação social. Esses mecanismos institucionais são particularmente sensíveis no caso da radiodifusão: em parte porque o rádio e a televisão se valem, para sua operação, de um recurso natural de domínio público (que é o espectro radioelétrico), mas principalmente porque as suas possibilidades técnicas de alcance social são muito superiores as de outros MCM. A pretexto de disciplinar o "interesse público" envolvido, foram criados mecanismos institucionais que, além de definirem rigorosamente regras de conduta para o rádio e a televisão, permitem ao Estado arbitrar que ~~pod~~ ou não usufruir dos canais e frequências radioelétricas. Essas seriam as condições superestruturais, às quais se somam todas as formas de coerção e de censura a que são submetidos os MCM.

b. Desenvolvimento dos MCM no Brasil

Essas condições estruturais e superestruturais, que constituem a instância mais geral do processo de produção e distribuição do conhecimento através dos MCM, consistem na assimilação das relações e das instituições da sociedade em que se inserem. Tomando, por sua vez, as especificidades do fenômeno do desenvolvimento dos MCM no Brasil, constatamos a existência de duas grandes fases:

1. Desenvolvimento limitado (1ª. fase)

O capitalismo brasileiro, nesta fase, apresenta limitadas possibilidades de desenvolvimento para os MCM no Brasil. Não existe, por assim dizer, "necessidade" de um grande desenvolvimento dos MCM. Essas limitações são o resultado dos condicionamentos estruturais, impostos pelo sistema

produtivo, que restringem economicamente as suas possibilidades de expansão. Essa fase dura da "interiorização" das tecnologias aplicáveis aos MCM, até por volta do fim da década de 50. A imprensa, nesta fase, lida com verbas publicitárias de certa forma reduzidas; com dificuldades para a distribuição em larga escala, estadual e interestadualmente; e com o efeito de um elevado número de analfabetos e de extensas faixas da população para as quais, periódicos são artigos de luxo. A radiodifusão, por seu lado, também enfrenta o problema da limitação dos investimentos publicitários (resultante das características quantitativas e qualitativas do sistema produtivo); sofre a impossibilidade de expansão para além das zonas atendidas por energia elétrica (o que expõe uma limitação do sistema produtivo - e sobre este aspecto vale ressaltar que em 1945, quase a metade das ligações domiciliares de energia elétrica situavam-se nas capitais dos Estados e cerca de um terço de todas as ligações domiciliares do país encontravam-se nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo); e existia ainda o problema do custo dos receptores, inacessível a extensas faixas da população.

2. Franco desenvolvimento (2a. fase)

O capitalismo brasileiro, nesta fase, não só oferece estímulos a uma ampla expansão dos MCM, mas os convocam para uma importante função no seu modelo social, político e econômico. Essa fase inicia com o acelerado processo de industrialização levado a efeito no governo Juscelino Kubitschek e se prolonga até nossos dias, com a continuidade do processo de dinamização do sistema produtivo e da "modernização" do capitalismo brasileiro. Nesta fase são realizados pesados investimentos em infraestrutura e é incentivado o aporte de capital estrangeiro. Um dos resultados da adoção de uma economia de mercado é ~~uma~~^A gigantesca expansão do mercado publicitário que impulsiona a imprensa e a radiodifusão, dando novo alento à exploração comercial da distribuição de informações, praticamente toda em mãos da iniciativa privada. Em relação à imprensa, esta é beneficiada por uma redução do número de analfabetos, apesar de que, proporcionalmente, o custo dos periódicos se eleve continuamente. A radiodifusão aproveitada a expansão da infraestrutura, que aumenta a difusão da energia elétrica e a produção industrial em larga escala de receptores e componentes eletrônicos que permitem uma redução dos custos por unidade, tornando mais acessíveis os aparelhos de rádio e televisão.

Esta fase não apresenta apenas uma expansão quantitativa dos MCM, necessária para a criação de algo semelhante a um "Sistema Nacional de Comunicações" que unificasse ~~o~~^o mercado nacional, integrando o país de sul

a norte, graças aos volumosos investimentos realizados na área de telecomunicações. Ocorre um salto de qualidade no papel desempenhado pelos MCM. Compete, nesta fase, aos MCM, além de estimular o mercado nacional unificado, realizar uma tarefa de controle social, de difusão de uma ideologia afinada com um regime autoritário e capaz de mascarar a política econômica baseada na concentração de renda. Esta tarefa será assumida com excepcional eficiência pelas emissoras de rádio e televisão. E então, o rádio e a televisão passaram a consistir no maior contato com a "realidade" de milhões e milhões de pessoas, ~~passou~~ ^{Passou} a ser a "realidade substitutiva" de um povo. Outro aspecto a considerar é que o modelo econômico, lidando com um mercado "feito às pressas" com a concentração da renda, exigia um sistema nacional de comunicações que pudesse ser explorado da maneira mais econômica possível. Desta maneira se favorece a concentração de tecnologia e capital, que tem como consequência a concentração vertical (número de veículos por empresa) e horizontal (empresas que atuam simultaneamente em diversos ramos da Comunicação de Massa). Prosseguindo uma tendência iniciada com o processo de internacionalização da economia, retomado vigorosamente após a queda de Getúlio em 1945, o capital estrangeiro apertou ainda mais as suas garras sobre os meios de comunicação. Na década de 50 o capital estrangeiro financiou os MCM em troca de campanhas favoráveis a seus interesses, como a movida contra a nacionalização do petróleo. Na década de 60, o capital estrangeiro não só financia enormes campanhas contra o governo de João Goulart, mas investe diretamente na construção de uma Rede Nacional de Comunicações: a Rede Globo. Forma-se então o que passaremos a chamar de Modelo Global, não apenas aludindo à Rede Globo, a mais pura representante do capital estrangeiro entre os MCM, e a maior empresa de CM da América Latina, mas procurando referir à sistemática nacional de comunicações adotada, de integração e exploração do mercado nacional unificado, controlada pelas agências de publicidade estrangeiras, que predominam no país.

Os interesses do capital estrangeiro, na área dos MCM, hoje, no Brasil, convergem de três setores:

da indústria eletrônica, produtora dos equipamentos de rádio, televisão e de telecomunicações, que tem ^{CERCA DE} 80% do seu capital controlado pelas multinacionais; operando através de um cartél;

do mercado publicitário, mantido em boa parcela pelas grandes empresas estrangeiras localizadas no país que, através das grandes agências de publicidade (que, por seu turno, em sua maioria, são igualmente estrangeiras), necessitam explorar o mercado nacional;

da indústria cultural; que reúne os produtores de equipamentos técnicos de imprensa e radiodifusão e os produtores de programas (enlatados) massivamente importados.

II. A INTERIORIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DOS "MCM"

O progresso dos MCM no Brasil, no início do século, seguiu a tendência predominante nas relações mercantis internacionais. Na medida em que a produção dos países industrializados excedia a demanda interna, os equipamentos e aparelhos iam sendo postos à disposição no mercado internacional. Assim ocorreu com as máquinas impressoras e compositoras destinadas à imprensa e o mesmo se repetiu com a implantação da radiodifusão, tornada possível graças à importação de transmissores e receptores do estrangeiro.

Esse processo de "interiorização" de aparatos técnicos, através da simples importação, revela a impossibilidade estrutural de ser desenvolvida tecnologia avançada, ^{no país,} mesmo quando os conhecimentos técnicos eram bastante rudimentares. A sofisticação crescente das técnicas só agravou o gap tecnológico entre os países industrializados e os não-industrializados, condenando-os, junto com outras causas, à condição de subdesenvolvidos. Ironicamente, em 1904, o padre gaúcho Landell de Moura já possuía patentes registradas no The Patent Office At Washington, de aparelhos de transmissão de sons à distância, sem fio, isto é, antes de surgir "oficialmente" o rádio. Decorridos o prazo de 17 anos, ^{essas} patentes passaram para o domínio público e foram postas em prática pelos grupos monopolistas do setor.

O surgimento das tecnologias no Brasil, pelas importações, corresponde a um momento na dominação do capital monopolista internacional. Foi dessa maneira que a imprensa brasileira, conforme assinala Nelson Werneck Sodré, passou da fase artesanal para a fase industrial. Da mesma forma, surgiu, em 1919, e principalmente a partir de 1922, a radiodifusão no Brasil.

O baque sofrido pelas oligarquias rurais com a proclamação da República e a ascensão ao poder de representantes estranhos aos seus quadros, não tardou a ser superado com a recuperação do controle do Estado. O surto industrial, iniciado após a instauração do governo Republicano, foi praticamente contido, em atendimento aos interesses do imperialismo. O país prosseguiu, então, o seu papel de exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados, embora as consequências do esforço de industrialização prosseguissem germinando lentamente.

A recuperação da hegemonia pelas oligarquias é paralela a um processo de "americanização" da economia, tornado claro após a I Guerra, ou seja, a paulatina imposição do capital norte-americano na economia brasileira. Os Estados Unidos, gradualmente, foram superando as potências européias na colocação do excedente de sua economia nos países periféricos.

O imperialismo não se limitava à monopolização dos mercados importadores dos países periféricos. Ele se dirigia a todos os setores que pudessem lhes assegurar algum controle sobre a economia. O imperilismo inglês, o alemão e o norte-americano, disputavam, no Brasil, settores como o da indústria siderúrgica, fábrica de armamentos, estradas de ferro, exploração de minérios, energia elétrica, etc. A comercialização do café, só para citarmos um exemplo, que nas primeiras décadas de deste século foi um dos produtos de maior expotação do Brasil, era praticamente controlado pelas empresas americanas: era a aliança da oligarquia na com o capital financeiro internacional, que atuava como ponta de 'lança da penetração imperialista.

Neste período da história, as tecnologias dos MCM "interiorizam se" no país pela importação. No que se refere aos MCM, os países periféricos, e entre eles o Brasil, são tratados simplesmente como mercado para as suas tecnologias, não transparecendo nenhum projeto imperialista para sua operação.

Apesar disso, desde o início do século, já se esboçavam algumas tendências: em 1870, três agências noticiosas européias (Havas, francesa; Reuters, inglesa; e Wolf, alemã) assinaram um acordo dividindo o mundo em áreas de influência. Em 1890, esse mercado mundial de informações começa a ser disputado pela United Press Association, norte-americana; e em 1915 a Alemanha decidia "dispor da informação como arma ideológica", fundando a Transocean, que existiu até o final da I Guerra.

No Brasil, em 1893, a Havas já mantinha contratos de fornecimento de noticiários internacionais e até o início da I Guerra Mundial a UP obteve a supremacia na distribuição de informações na América Latina.

O envolvimento dos Estados Unidos na I Guerra amadureceu a perspectiva da utilização planejada da produção industrial de bens cultu'rais como recurso de controle ideológico. Foi a indústria cinematográfica, cuja comercialização privilegiava os "produtos culturais" e não os equipamentos, que permitiu as primeiras experiências. O cinema foi então mobilizado pelos órgãos oficiais de propaganda interna para combater os "sentimentos pacifistas poucos saudáveis" que se opunham à participação dos Estados Unidos na I Guerra.

As relações mercantis com os países periféricos, nas quais a importação de filmes possuía significativa importância econômica, conduziu a que os Estados Unidos exportassem esses "produtos tratados". Esta foi, possivelmente, uma das primeiras "intervenções culturais" com efeito ideológico planejado, nos países periféricos, ainda que essas operações mercantis não se vinculassem a uma estratégia diplomática que privilegiasse o cinema como mercadoria e não como instrumento de imperialismo cultural.

Assim, os resquícios desta inoculação ideológica extrapolaram as fronteiras nacionais e começaram a contaminar os países "aliados" e "amigos". Basta dizer que, entre 1916 e 1919, a indústria cinematográfica, juntamente com os bancos financeiros e as empresas de aparelhos e materiais elétricos, foram os setores que receberam a maior parte das inversões do capital norte-americano no Brasil.

Ao mesmo tempo que o Brasil abria as portas de sua economia aos Estados Unidos, assimilava as tendências mais "modernas" do capitalismo internacional. As contradições provocadas pelo predomínio "excludente" das oligarquias eram enormes. O Teentismo e as manifestações de 1922, exemplificando sem muito cuidado, eram reflexos da crise social, econômica, cultural e política vivida pelo país.

Nesse contexto, a imprensa brasileira começa a superar a fase artesanal e a viver a fase industrial e, em 1919, surge a radiodifusão. As emissoras de rádio surgem inicialmente como rádio-sociedades ou rádio-clubes, mas são os "reclames" que vão permitir a sua expansão no Brasil, ~~condicionando~~ condicionando seu desenvolvimento aos interesses privados que passam a controlar-lhes.

Nas primeiras décadas do século, para vencer as dificuldades causadas pelo fechamento do mercado internacional provocado pela I ... Guerra, ocorre no país um brando processo de industrialização, praticamente restrito à indústria alimentícia e a alguns setores menos dinâmicos da indústria. O crescimento econômico industrial e comercial interno resultante desse dinamismo despertado, reclama mecanismos de estimulação de mercado, que a imprensa e a incipiente radiodifusão atendem prontamente.

Esse mercado em desenvolvimento atraiu, em 1929, a penetração das subsidiárias das grandes agências estrangeiras de publicidade, com a instalação da N.W. Ayer and Son, representando os interesses da Ford. Logo chegariam a J.W. Thompson e a McCann Erickson também atendendo os interesses de grupos estrangeiros. Logo chegaria, igualmente, em 1930, com a revolução que transformou profundamente a sociedade brasileira.

III. EVOLUÇÃO DOS "MCM": 1930-1945

No final dos anos 20, a nova retração do mercado internacional em consequência da crise capitalista mundial de 1929, aguçou violentamente as contradições internas da sociedade brasileira. O modo de produção de base agrário-exportadora, expressão maior da dependência estrutural ante o capitalismo mundial e da hegemonia das oligarquias, é ameaçado. A reação das burguesias industrial e mercantil, aliadas a setores trabalhistas e das classes médias, contra o domínio das oligarquias, contém a necessidade de adaptação ao sistema produtivo, de um modo de produção de base urbano-industrial, capaz de permitir o enfrentamento das crises continuamente importadas do exterior.

As velhas fórmulas fraudulentas de manutenção do poder, a manipulação da máquina eleitoral e o exercício do poder autoritário, tornaram

insustentável a hegemonia das oligarquias rurais que mantinham o poder impermeável a outras forças sociais. A revolução de 1930 surge com a ruptura do poder oligárquico e a implantação, senão de um "capitalismo nacio-

nal", na acepção do termo, um "capitalismo brasileiro", que reagisse menos "automaticamente" em relação aos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Assim, a sociedade brasileira vive, a partir de 1930, as convulsões geradas pelo processo de adaptação das estruturas arcaicas a uma nova ordem capitalista mundial.

A efervescência política da década de 20, entretanto, prosseguiu no decorrer da década de 30. Impuseram-se amplas transformações no modo de produção e acumulação do capital. A revolução constitucionalista de 32 foi mais um esforço das oligarquias rurais, o derradeiro. A "intentona" comunista de 1935 e a tentativa de golpe "integralista" de 1937 são sinais da agitação política que só foi contida com a implantação do Estado Novo em 1937.

Com a eliminação do Legislativo (ainda bastante representativo das oligarquias) e a concentração de poderes nas mãos do Estado, ficou composto o quadro propício às transformações econômicas e sociais. O Estado, desde então, passou a servir como intermediário nas negociações sobre a política econômica. Dessa forma acentuou-se uma tendência, iniciada em 1930,

de condução de uma política resultante de planejamento. São criados órgãos e instituições que fortalecem e dinamizam a ação do Executivo. A política econômica deixa de limitar-se à produção (voltada para o exterior) e preocupa-se também com o consumo (mercado interno). Essa produção interna dirige-se para substituir a importação de itens de uso cotidiano e gêneros alimentícios. O Estado opera regulando as perdas e ganhos entre os diversos estratos e grupos de classe capitalista, ao exercer sua função planificadora. O setor industrial passa a ser o centro da atividade planejadora, e a regulamentação do preço do trabalho, a política cambial, os investimentos em infraestrutura, como lembra Francisco de Oliveira, destinavam-se à sua expansão.

O novo modo de acumulação, consagrado pelo planejamento, que beneficiava principalmente o setor industrial, mantinha, apesar disso, o setor primário. Consistia na vinculação da base capitalista urbano-industrial com a base primitiva, através de uma forma de coexistência equilibrada, benéfica ao desenvolvimento do sistema resultante. A acumulação não-capitalista verificada nos setores primário e terciário, é então necessária à expansão da forma capitalista industrial de produção.

Essas transformações econômicas, com profundas implicações sociais, ocorrem paralelamente à instituição de uma máquina de propaganda ideológica, controlada pelo Estado e visando o seu fortalecimento como "Poder Central". Nessa época, foram criados o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que além da divulgação dos atos do Estado, estabelecia as normas de censura, que incidiam vigorosamente sobre a imprensa e a radiodifusão; a Hora do Brasil, que integrava o país de sul a norte, com a radiofonização dos atos do Governo; e um rigoroso Código de Imprensa. Esse acercamento dos MCM promovido pelo Estado, garantiria a relativa imunidade da imprensa e da radiodifusão ante a influência estrangeira (pelo menos poderíamos falar em equilíbrio de forças). O reflexo da formação desta "cultura" e desta "ideologia" nacional, através dos MCM, é um grande impulso à música popular brasileira e de outros valores ligados à sociedade urbano-industrial.

O rádio, ainda que restrito aos grandes centros urbanos, era o veículo ideal para a propagação dessa "nova cultura", e foi através dela que as classes dominantes passaram a exercer controle sobre a produção e distribuição de bens culturais. A imprensa vive esta tendência com o surgi-

mento do jornal-empresa, com a concentração de capital e tecnologia, mas não deixaram de surgir expressões jornalísticas de outras classes que não as dominantes. Já o rádio, por necessitar do aval do Estado com a concessão da frequência e ainda pela legislação restritiva, naturalmente tem selecionados seus operadores. O surgimento do rádio como um novo meio de produção cultural, comprometido compulsoriamente com o Estado e com os seus representantes aos quais ele foi confiado, estabeleceu um eficiente canal de acesso às classes médias e aos trabalhadores. Essa estrutura de poder passou a reproduzir as relações de produção incorporando-as ao conteúdo ideológico do produto desses meios. Afastando-se ainda mais do controle da produção da cultura, reduzida à condição de "produto industrial", as classes ausentes do bloco de poder perderam o controle do seu conteúdo.

Os shows de auditório com os concursos de calouros, programas do tipo "O Céu é o Limite" e outros, de forte apelo popular, continham a ideologia da competição, inerente ao novo e moderno capitalismo que se desenvolvia no país. Também o futebol, profissionalizado em 1933, e que recebeu grande incentivo da imprensa e da radiodifusão, é, grosso modo, outro "dado cultural" em que predominava a ideologia da competição.

A "americanização" da economia prosseguia acelerada. Em 1934, a metade das exportações brasileiras eram destinadas aos Estados Unidos, que forneciam um terço de nossas ^{importações} ~~importações~~. A pressão do imperialismo é violenta e a participação do Brasil, ao lado dos EUA, na II Guerra Mundial, é a expressão do aumento das relações de dependência.

Os compromissos populistas de Getúlio, protelados em sua execução, exigiam soluções. E, no final do seu governo, ele optou por alguns passos anti-imperialistas: em 1945, criou a Comissão de Defesa da Economia, através da Lei Malalaia, que constituía um poderoso instrumento de combate aos trustes e cartéis, ameaçando-os de expropriação. A lei definia como nocivos ao interesse público os atos prejudiciais à economia nacional que envolvessem "indústria bélica, indústrias básicas, empresas editoras, jornalísticas, de rádio e teledifusão ou divulgação de publicidade", e aqueles que resultassem da "ação de empresas nacionais ou estrangeiras, notoriamente vinculadas a coalizões, trustes ou cartéis ajustados no estrangeiro".

Esta e outras posições nacionalistas de Getúlio fortaleceram o "que remismo" que só foi neutralizado pelo Golpe Militar de 1945. A deposição de Vargas atende a necessidade da instituição de um governo mais afinado com o imperialismo.

IV - A Internacionalização da comunicação social: 1945-60

a) 1945-50: A Contra- ofensiva Imperialista

A revogação da chamada Lei Malaia foi uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório instalado após a deposição de Vargas. Imediatamente, também, foi importada a Guerra-fria, com a perseguição dos partidos de esquerda. O "liberalismo" necessário para as reformas no plano econômico estabelecia, no plano político, novos e estreitos limites.

A Constituinte de 1946 foi pressionada pelos grupos econômicos estrangeiros e o entreguismo ficou patente com a ascensão política da UDN. Entre 1946 e 1947, foram gastas superfluamente as divisas acumuladas durante a guerra. A política salarial foi conduzida exclusivamente de acordo com os critérios de desenvolvimento da empresa privada e, entre 1946 e 1950, o salário mínimo não foi reajustado uma só vez.

Desde o início da II Guerra os EUA passaram a realizar "operações culturais" que, como "frente ideológica" ou como a "conquista das mentes", como lembra Octávio Ianni, garantiriam a sua hegemonia sobre o mundo capitalista. Ao assistencialismo destinados aos países subdesenvolvidos, era acoplada a persuasão planejada, que mobilizava todo o aparato tecnológico, como também cita Ianni. As fontes de cultura europeia foram praticamente eliminadas pela "suave invasão" através do imperialismo cultural. As empresas estrangeiras, notadamente as norte-americanas, passaram a dominar a economia e o mercado publicitário, constituindo, praticamente, no único sistema de financiamento das empresas jornalísticas, editoras, emissoras de rádio e televisão e assim, "porque as mantinham e lhes permitiam realizar lucro, logo, as condicionavam", conclui Nelson Werneck Sodré.

Nesse contexto, principalmente à partir da Segunda Guerra, a imprensa e a radiodifusão passaram a permear os valores do imperialismo. Inverteu-se, assim, a condição "nacionalista" dos MCM, na medida em que o acesso e o controle efetivo deste meio de produção cultural ^{escassa} das mãos das classes empenhadas na construção de um capitalismo nacional, passaram às mãos das classes dominantes associadas ao capital estrangeiro. Fortalecendo-se como sistema nacional de comunicações, e com esta base de poder, os MCM proseguem favorecendo a adequação da superestrutura ideológica à base econômica, agora, porém, subordinados mais diretamente às exigências do imperialismo.

b) 1951-1954: A Retomada Populista

A volta de Getúlio, pela via eleitoral, em 1950, teoricamente desequilibraria, em ^{benefício} ~~favor~~ das posições nacionalistas, a correlação de

forças com o imperialismo. Mas a verdade é que Vargas enfrentava um processo, desencadeado irreversivelmente, de liberação das forças imperialistas, que passavam a intensificar sua interferência econômica, cultural e política nos países periféricos. Vargas foi levado de roldão pela conjuntura, que serve, por outro lado, para demonstrar a dimensão das contradições existentes na sociedade brasileira, ^{PROVANDO} ~~que a ditadura~~ que a ditadura getulista conseguia ser mais representativa dos interesses da pequena burguesia e das classes médias do que o governo do Marechal Dutra, que a derrubara.

O intervencionismo estatal, voltado para um projeto de expansão da economia foi retomado. Tentava-se criar, como afirma Octávio Ianni, um "capitalismo nacional", "com o intercâmbio e a participação do capital e da tecnologia externa, mas sob controle nacional, viabilizado por um poder público fortalecido e pelo planejamento". Foram criados diversos órgãos técnicos, econômicos, financeiros e administrativos e que aumentaram o poder de interferência do Estado.

Assim, as tensões com o imperialismo aumentaram quando lhe contrapuseram resistências, consubstanciadas com a nacionalização do petróleo e outras medidas nacionalistas. A saída do General Estillac Leal do Ministério da Guerra fez com que Getúlio perdesse a principal expressão militar da resistência nacionalista. Iniciou-se então uma intensa perseguição de militares das três armas, que pugnassem por posições nacionalistas. Getúlio omitiu-se na questão e a perseguição estendeu-se a outras áreas. A CIA começa a operar no país. O "Estado de São Paulo", "Correio da manhã", "Diário de Notícias" e "O Globo", entre outros, financiados pelas agências de publicidade e pelas grandes empresas estrangeiras, movem violentas campanhas contra o governo e conseguem a exoneração do Ministro João Goulart, do Trabalho. Os Estados Unidos desestabilizam a economia bloqueando as exportações brasileiras de café. A "Última Hora", jornal apoiado por Vargas para a defesa do Governo foi massacrado pela grande imprensa sob acusação de receber financiamento de órgãos públicos. O seu editor, Samuel Weiner foi colocado na cadeia. O grotesco do episódio é que os grandes jornais que moveram a campanha também se valiam de tais financiamentos chegando, O Globo, a ser devedor relapso do Banco do Brasil em obscuras transações.

O pior, na verdade, não era o financiamento de jornais por órgãos governamentais, mas a venda da opinião dos jornais e emissoras de rádio e televisão aos agentes do imperialismo. Ficou comprovado, posteriormente, que o "Estado de São Paulo", ^{"O GLOBO" e O "CORREIO DA MANHÃ"} foram remunerados pela publicidade estrangeira para moverem campanhas contra a nacionalização do petróleo, conforme investigou uma CPI do Congresso, cujos resultados foram sonegados ao público pela imprensa corrompida. Os jornais e emissoras de radiodifusão financiados pelo capital estrangeiros, finalmente

realizaram uma arrasadora campanha, denominada Cruzada Democrática, que culminou na morte de Vargas em 1954.

c) 1955-1960: A Abertura da Economia

Com Juscelino Kubitschek na presidência instaurou-se uma nova ideologia do desenvolvimento no país. Em Juscelino e em Vargas o desenvolvimento está ligado à idéia de industrialização. O que difere um do outro é a presença do conceito de "autonomia econômica", primordial em Getúlio, que parece ser secundário ou distinto em Juscelino. Essa tendência, no governo Kubitschek, se tornou explícita, principalmente no Plano de Metas, que "implicou numa mudança qualitativa da figura e dos papéis do Estado", como lembra Ianni.

A associação com o capital estrangeiro foi importante, principalmente, pela transferência de tecnologia. Liberalizou-se a entrada de capital estrangeiro e os seus vultosos investimentos pressionaram a implantação de infraestrutura em larga escala.

Seguia-se no Brasil, uma nova tendência nas relações capitalistas internacionais: as grandes empresas dos países centrais passaram a localizar suas unidades de produção nos países periféricos para, obterem, desta forma, o controle do mercado, contornando as barreiras cambiais, evitando custos de transporte e geralmente beneficiando-se com incentivos diversos. A acentuação desse processo de internacionalização da economia, promovida pelo governo Kubitschek, teve como correspondente um aumento ainda maior da internacionalização dos meios de comunicação social. As agências de publicidade estrangeiras passaram praticamente a controlar o mercado publicitário, valendo-se da volumosa inversão das empresas estrangeiras aqui localizadas. Os MCM, sofisticando-se cada vez mais, graças a concentração de tecnologia e capital conseguida em algumas empresas, passaram a agir como estruturas de poder, através das quais se processava o acesso da ideologia do imperialismo, que assim internalizava organicamente na sociedade brasileira suas estruturas de dominação.

V. CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: 1961-64

A estratégia de desenvolvimento baseada no capital e na tecnologia estrangeira, adotada por Kubitschek, aguçou as contradições internas da sociedade brasileira e as mantidas por alguns de seus grupos ou classes sociais com o imperialismo. A tônica das campanhas, tanto de Jânio Quadros, como de Teixeira Lott, na disputa pela sucessão de Kubitschek foi, justamente, a luta antiimperialista e contra seus representantes nacionais.

Posteriormente, a queda de Jânio e as dificuldades para a posse do vice-presidente João Goulart mostrariam a gravidade das tensões existentes e a iminência do enfrentamento entre os setores nacional-populistas e a burguesia associada ao capital estrangeiro que comandava o séquito das classes médias angustiadas com a crise social e amedrontadas com o fantasma do comunismo, que a agitação fazia enxergar. A crise social elabora a crise econômica e, como esclarece Francisco de Oliveira, as inversões de capital começam a cair, "não porque não pudessem realizar-se economicamente, mas porque não podem realizar-se institucionalmente". As classes trabalhadoras, submetidas a quase duas décadas de superexploração passavam a exteriorizar cada vez com menor timidez seu descontentamento e a coar soluções, que foram enfeixadas pelo Executivo nas Reformas de Base que nunca chegaram a se concretizar.

A estrutura interna de poder configurada pelos MCM controlados pelo imperialismo ou por seus agentes nacionais, foi movimentada contra o Estado. O Executivo foi bombardeado por denúncias de corrupção, incompetência, irresponsabilidade e ilegalidade. Os MCM controlados pela publicidade estrangeira assumiram estas campanhas e se esforçaram, por um lado, para desmobilizar os setores reivindicativos de mudanças sociais e, por outro, para mobilizar toda a sociedade contra aquilo que, na verdade era o efeito da crise: a agitação social. A economia brasileira passou a ser desestabilizada pelos EUA. Atuavam no país órgãos do tipo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, e Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, encarregados de financiar órgãos de comunicação, campanhas de políticos comprometidos com o imperialismo, e mesmo a compra de armas para a conspiração em marcha. Hoje, não é mais segredo a movimentação da CIA e de órgãos norte-americanos em apoio da conspiração.

mas uma nova tática do imperialismo começava a ~~se~~ delinear. ^{se} Em 1961, surgem os contratos entre as organizações Globo e Time-Life, que iriam transformar aquele grupo empresarial brasileiro, com uma já extensa folha de serviços prestados ao imperialismo, na maior potência econômica da CM na

América Latina. As dificuldades institucionais, entretanto, só permitiriam que os contratos fossem executados a partir de 1965. O advogado encarregado de elaborar os contratos era figura familiar ao poder instalado em 1964, e o é até hoje: o ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. O Código Brasileiro de Telecomunicações, hoje começamos a saber, foi elaborado com base em uma proposta de engenheiros da Telecom (Associação Brasileira de Telecomunicações), entidade controlada pelas grandes empresas estrangeiras da indústria eletrônica.

VI. O MODELO GLOBAL

Com o advento da revolução de 1964, o desenvolvimento baseado no capital e na tecnologia estrangeira desenfreou-se. O Executivo exorbitou institucionalizadamente as funções do Legislativo e até mesmo do Judiciário. A concentração de poderes facilitou as relações com os centros do capitalismo mundial e as circunstâncias factuais desse novo relacionamento, obviamente em função da persistência desse processo histórico, até hoje não são conhecidas com a necessária clareza. Para não alongarmos a análise, basta lembrar, referindo-nos às observações de Francisco de Oliveira, de que, finalmente, foram criadas as condições institucionais favoráveis à reprodução do capital em altas taxas.

Desenvolveu-se, pressionada pelo aporte de capital estrangeiro, infraestrutura em larga escala, que permitiu uma ampla expansão dos MCM, tanto pela publicidade, drenada com o fortalecimento da economia de mercado, quanto pelas condições técnicas de expansão, como a implantação de infraestrutura elétrica e de um Sistema Nacional de Telecomunicações.

Os contratos entre a Globo e a Time-Life passaram a ser cumpridos e garantiram, embora inconstitucionalmente, milhões de dólares para a implantação da Rede Globo, a rede nacional oficiosa do capital estrangeiro, encarregada de explorar o "mercado nacional unificado" para as grandes empresas multinacionais.

Mas não foi apenas a Rede Globo que se desenvolveu. A imprensa e a radiodifusão em geral, também apresentaram um desenvolvimento. Surgiu a Editora Abril, a maior da América Latina, na qual também está presente o capital da Time-Life, embora de maneira menos clara que na Globo. Somente em 1967, para termos uma idéia da importância da expansão ocorrida a partir deste período, foi alcançado o número de receptores de rádio por habitantes que os EUA possuíam em 1930, e daí para frente sua difusão foi

acelerada. O mesmo ocorreu com a televisão.

As concessões de canais e frequências passaram a ser distribuídas, ^{CONFIRMANDO} ~~por~~ critérios legais, com flagrantes favorecimentos a poderosos grupos econômicos. A ilegalidade tomou conta do processo de expansão da radiodifusão, porque a legislação não podia acompanhar a pressa dos interesses em jogo. A indústria eletrônica, controlada em mais de 80% do seu capital pelas multinacionais avastece a expansão das telecomunicações no país e a demanda de aparelhos de rádio e televisão.

O caráter do desenvolvimento dos MCM no Brasil revela a importância da comunicação no processo de evolução das relações capitalistas mundiais: é vital, na inversão da estratégia da conquista por uma "base filosófica", pelo "colonialismo cultural", ao invés da agressão armada. verificam-se, nesse processo, de acordo com o citado por Heróerto I. Schiller, três diferentes estágios nas relações internacionais. O primeiro era um "simples subproduto do contato entre diferentes grupos", e foi o que persistiu durante mais tempo na história da humanidade. O segundo é a imposição intencional de uma cultura dominante sobre uma cultura dominada. Era causa e também efeito de "guerras, comércio, organização de hegemônias e rivalidade entre impérios". Deste período, sempre de acordo com Schiller, "das grandes explorações e da colonização", passou-se para o terceiro estágio, no qual existe um intenso intercâmbio e um fluxo bidirecional entre nações e povos, dominantes e dominados. Neste estágio, as complexas instituições resultantes de igualmente complexas relações sociais, são mobilizadas de maneira sistemática para interferir nas sociedades dominadas. Assim, hoje assistimos a atuação de um "complexo industrial eletrônico agressivo e poderoso, trabalhando para expandir o sistema sócio-econômico, espacial e ideologicamente".

Armand Mattelart vê essa tendência agravar-se, nos últimos anos com a reconversão ocorrida na produção da indústria eletro-eletrônica norte-americana. Anteriormente destinada à indústria bélica (na fabricação de equipamentos destinados, principalmente, ao Vietnã) e à corrida espacial, a produção da indústria eletro-eletrônica dos EUA está se voltando, hoje, para a introdução de sofisticadas tecnologias de comunicação nos países do terceiro mundo.

O Brasil, neste últimos anos, apresenta vários indicadores que confirmam essas observações: além da implantação da infraestrutura em telecomunicações e dos receptores de rádio e televisão vendidos aos milhões no país, percebem-se os esforços das multinacionais em promover a implan-

tação da TV por Cabos (que em 1975 foi tentada através de manobras envolvendo a Rede Globo e os Diários e Emissoras Associados, conduzidas com a conivência de um alto escalão do Ministério das Comunicações) e o satélite doméstico, só para citarmos dois exemplos.

O anteprojeto do novo Código Brasileiro de Telecomunicações, cujo debate foi sonegado às universidades, é um primor na consagração de favores aos poderosos interesses dominantes na área de radiodifusão.

Essa penetração ideológica planejada que se faz sentir no Brasil desde a década de 40 e chega, na década de 50, a um elevado grau de articulação, tem na década de 60, a urdidura de um modelo global, que na década de 70 passa a vigorar em sua plenitude. Hoje, esta trama de amplos interesses está concretizada através de um verdadeiro sistema nacional de comunicações. E o papel cumprido por este sistema, e a eficiência com que são atendidas as necessidades de reprodução das relações sociais inerentes às formas de dominação internas e externas, não nos deixam duvidar de que, guardadas as proporções da realidade, 1984, tal como George Orwell nos alertou, não está mais no futuro: é hoje.

P. Alegre, Janeiro de 1978.